

Balanço orçamentário do Plano SC Saúde



1. Introdução

O Plano SC Saúde oferece serviços de assistência à saúde e prevenção a todos os servidores estaduais ativos e inativos, sejam eles dos poderes executivo (inclusive autarquias e fundações), judiciário ou legislativo. Recentemente, a cobertura tem se estendido para órgãos municipais. De acordo com a Secretaria de Estado da Administração, responsável pelo Plano, quase 200 mil pessoas, entre servidores e dependentes, são atendidas atualmente.

O financiamento do SC Saúde se dá por meio do Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, instaurado pela Lei nº 13.344/2005. O Fundo capta um percentual de 4,5% sobre o total de remuneração, proventos ou pensão previdenciária mensal dos segurados, limitada ao valor de R\$ 432,76. Para dependentes, é cobrada uma contribuição extra, por faixa salarial. Somado a isso, o governo integraliza um mesmo percentual de 4,5% a título de contribuição patronal – valor que foi reduzido para 0,5% entre 2017 e 2018, mas que após isso retornou ao patamar inicial.

Além disso, o Fundo conta com contribuições variáveis, na forma de coparticipação – valor que o beneficiário do Plano paga quando da utilização de algum serviço. Desde 2022, a coparticipação está estabelecida em 30% do custo dos serviços de saúde, limitados a R\$ 266,59 por solicitação.

Em declaração recente, o Secretário de Administração, Vânio Boing, sinalizou a intenção de alterar a cota de contribuição do SC Saúde¹. Sob a justificativa de recuperar prestadores de serviço perdidos e estender a cobertura para os ACTs, o governo prepara um aumento da carga sobre o quadro de servidores efetivos e pensionistas.

Tendo em vista esse cenário, apresentamos um balanço inicial das contas do Fundo do SC Saúde, com base nos dados disponíveis no Portal da Transparência do Estado de Santa Catarina. Iniciaremos com uma recuperação do histórico de arrecadação e despesas. Em seguida, analisaremos as contas para 2024, identificando suas principais modificações recentes.

2. Histórico orçamentário

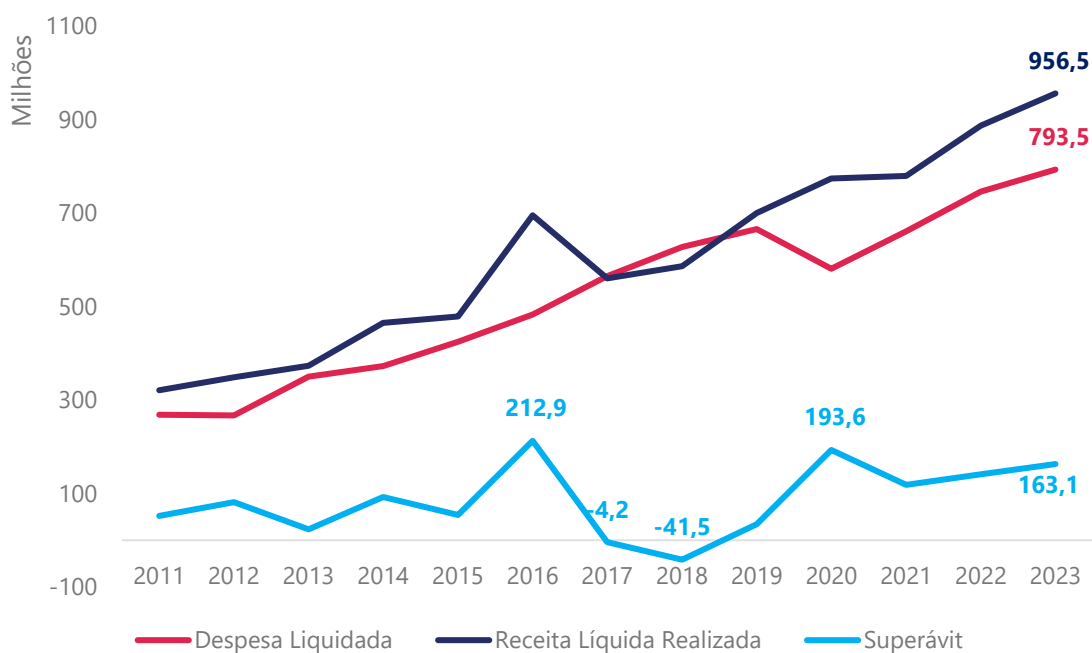
As contribuições, embutidas na folha de pagamento dos servidores são a principal fonte de arrecadação do Fundo do SC Saúde. Assim, as receitas seguem

¹ NSC Total. [Governo de SC fará mudanças no Plano de Saúde do servidor público](#). Mar/2024.

tendência semelhante ao gasto com pessoal do governo do estado, cuja trajetória é de pequeno crescimento nos últimos anos, sendo interrompida somente em períodos de maior austeridade fiscal, como ocorreu entre 2017 e 2018. Já as despesas apresentam uma tendência de crescimento mais estável, com exceção de 2020, ano em que a pandemia da Covid-19 reduziu a demanda por serviços de saúde eletivos ou de rotina.

Conforme demonstra a Figura 1, o Fundo do SC Saúde somente apresentou déficit orçamentário em 2017 e 2018 – isso por conta de política adotada à época pelo governo Colombo, que reduziu de 4,5% para 0,5% os valores patronais recolhidos para o SC Saúde. No restante da série (iniciada em 2011), as receitas realizadas sempre superaram as despesas liquidadas. No último ano fechado, as receitas do Fundo totalizaram R\$ 956,5 milhões, superando em R\$ 163,1 milhões as despesas.

Figura 1 – Receita líquida realizada e despesa liquidada do Fundo SC Saúde – Acumulado até maio de cada ano (R\$ Milhões, a preços correntes)



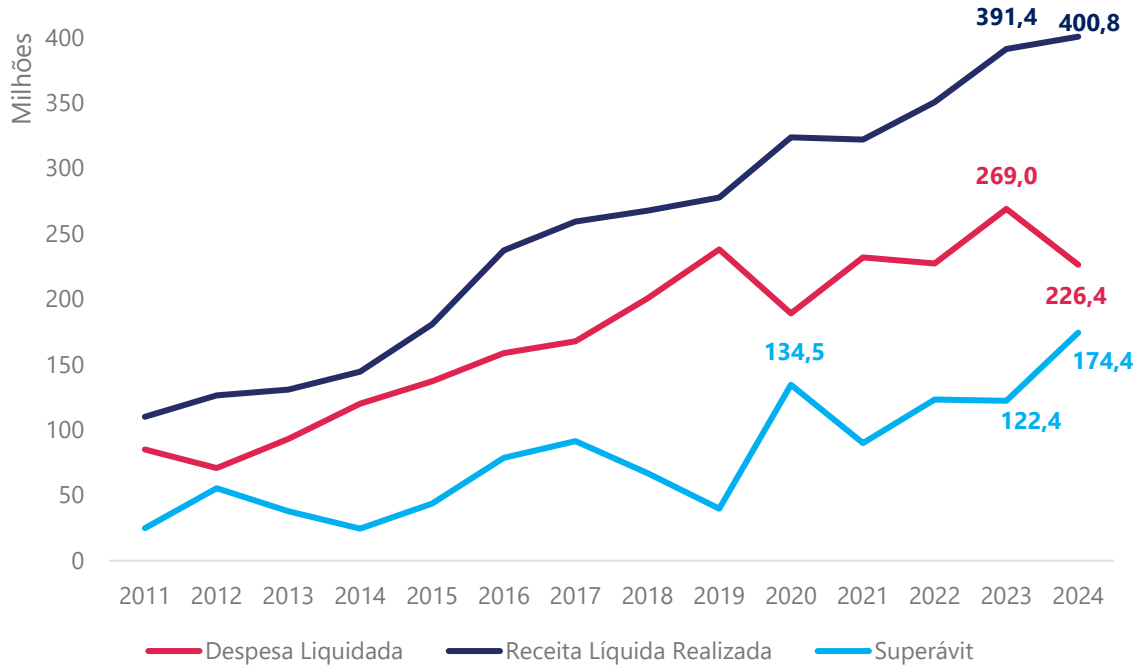
Fonte: Portal da Transparência de SC (2024).

Nos primeiros cinco meses de 2024, o Fundo arrecadou R\$ 400,8 milhões, apresentando crescimento de 2,4% em comparação ao mesmo período de 2023. Apesar do resultado positivo, nota-se uma desaceleração em relação aos anos anteriores, refletindo o ajuste fiscal empreendido pelo governo estadual, que congelou a folha de pagamentos dos servidores através do Pafisc.

Já do lado das despesas, o cenário é um pouco distinto. A trajetória de expansão dos gastos iniciada em 2012 se encerrou com o início da pandemia da

Covid-19, em 2020. Desde então, as despesas deixaram de acompanhar as receitas, resultando em crescimento dos recursos não executados pelo Fundo.

Figura 2 – Receita líquida realizada e despesa liquidada do Fundo SC Saúde – Acumulado até maio de cada ano (R\$ Milhões, a preços correntes)



Fonte: Portal da Transparência de SC (2024).

De janeiro a maio de 2024, as despesas liquidadas² somaram R\$ 226,4 milhões, apresentando queda nominal de 15,9% em relação ao mesmo período de 2023. Do ponto de vista das despesas já efetivamente pagas, o valor é de R\$ 216,7 milhões, com crescimento anual de 5,7%³.

Seja qual for a óptica adotada, o importante é destacar que as despesas ainda seguem muito abaixo de seu potencial. Nos primeiros cinco meses de 2024, as receitas superaram em R\$ 174,4 milhões as despesas realizadas, resultando em um superávit orçamentário de aproximadamente 40% da receita.

2. Evolução recente de receitas e despesas

Conforme demonstra a Tabela 1, as contribuições fixas dos servidores representam cerca de 80% do orçamento do Fundo do SC Saúde. A maior parcela

² As despesas liquidadas são a métrica comumente utilizada para o cálculo de superávits orçamentários. Trata-se do valor das despesas que já passaram pela fase de verificação de bens recebidos ou serviços prestados, estando de acordo com o solicitado.

³ Essa diferença se explica pelo fato de que, em 2024, houve menor defasagem entre a liquidação e o pagamento de despesas correntes.

é proveniente de servidores do executivo, com mais da metade de toda a arrecadação.

Tabela 1 – Receitas realizadas por fonte de recursos (R\$ Milhões, acumulado até maio de cada ano)

	2023	2024	Variações	
			Saldo	Cresc.
Contribuições	318,1	327,0	8,8	2,8%
Executivo	294,3	300,5	6,2	2,1%
Judiciário	14,4	14,9	0,5	3,6%
Autarquias	4,4	4,3	-0,1	-1,4%
Legislativo	2,3	3,7	1,5	64,0%
Ministério Público	1,9	2,0	0,1	5,3%
Tribunal de Contas	0,7	0,8	0,1	8,0%
Outros	0,2	0,7	0,6	-
Coparticipações	49,2	55,6	6,4	13,0%
Executivo	45,8	52,0	6,2	13,5%
Judiciário	2,0	2,3	0,3	16,1%
Outros	1,4	1,3	-0,1	-9,7%
Remuneração de Depósitos de Receitas Vinculadas	24,0	18,0	-5,9	-24,8%
Ressarcimentos FR	0,1	0,2	0,1	104,3%
Total	391,4	400,8	9,4	2,4%

Fonte: Portal da Transparência de SC (2024).

No início de 2024, as contribuições cresceram 2,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. A austeridade adotada pelo governo, no contexto do Pafisc, se reflete no menor crescimento das contribuições do executivo, que tiveram expansão de apenas 2,1% no período. Embora possuam menor peso no orçamento, as contribuições do judiciário e do legislativo apresentaram forte crescimento em 2024.

As coparticipações, que são recolhidas à medida em que os associados fazem uso dos serviços do Plano, tiveram crescimento mais robusto, de 13% entre janeiro e maio de 2024, na análise interanual. Nesse caso, nota-se um crescimento expressivo da arrecadação junto aos servidores do poder executivo, da ordem de 13,5%.

A única conta que registrou recuo no período foi a de Remuneração de Depósitos de Receitas Vinculadas. O resultado provavelmente reflete a redução das taxas de juros sobre depósitos observada desde 2023. Ainda assim, o montante de R\$ 18 milhões arrecadados somente por remuneração financeira de depósitos revela uma grande sobra de caixa do Plano, provavelmente derivada da não-execução de receitas vinculadas.

As despesas do Fundo consistem fundamentalmente nos serviços médicos, hospitalares e laboratoriais pagos aos prestadores, que abrangem mais de 90% do orçamento. Essa conta apresentou forte recuo em 2024, o que explica praticamente

toda a redução do montante das despesas liquidadas totais no período. Nas demais contas, pouco expressivas no agregado, as despesas seguem trajetória de expansão.

Tabela 2 – Despesas liquidadas por categoria (R\$ Milhões, acumulado até maio de cada ano)

	2023	2024	Variações	
			Saldo	Cresc.
Despesas Correntes	265,0	221,9	-43,0	-16,2%
Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratoriais	248,4	204,0	-44,3	-17,9%
Serviços de Convênios de Plano de Saúde	10,8	10,6	-0,2	-1,6%
Outros	5,8	7,3	1,5	25,3%
Despesa com pessoal próprio	3,5	3,8	0,2	6,9%
Investimento	0,5	0,6	0,1	22,7%
Total	269,0	226,4	-42,7	-15,9%

Fonte: Portal da Transparência de SC (2024).

A análise da lista de credores do SC Saúde revela que a queda foi generalizada entre os tipos de serviços prestados, abrangendo tanto hospitais, quanto clínicas e laboratórios. Conforme dados da Tabela 3, o recuo das despesas liquidadas foi bem disseminado entre os principais prestadores, havendo, inclusive, empresas que deixaram de realizar serviços pelo plano.

Tabela 3 – Principais prestadores de serviços de saúde para o Fundo SC Saúde (R\$ Milhões, acumulado até maio de cada ano)

	2023	2024	Variações		Partic. no total (2023)
			Saldo	Cresc.	
HOSPITAL BAIA SUL S A	14,5	12,8	-1,7	-11,8%	5,9%
ASSOCIACAO BENEFICENTE EVANGELICA DE JOINVILLE	9,7	11,7	2,0	21,2%	3,9%
SOS CARDIO SERVICOS HOSPITALARES LTDA	8,4	7,0	-1,3	-15,9%	3,4%
UNIMED CRICIUMA	5,8	5,2	-0,6	-10,2%	2,4%
CENTRO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA DE FLORIANOPOLIS LTDA	6,1	4,1	-2,1	-33,5%	2,5%
SERVICO DE ONCOLOGIA MEDICA MAIS TRATAMENTO DA DOR LTDA	5,0	4,9	-0,1	-1,9%	2,0%
ASSOCIACAO CONGREGACAO DE SANTA CATARINA	5,1	3,6	-1,5	-30,2%	2,1%
COOPANEST - COOPERATIVA DOS MEDICOS ANESTESIOLOGISTAS DE SC	4,5	3,4	-1,0	-23,4%	1,8%
VIVER CLINICA MEDICA LTDA	3,6	3,8	0,2	4,5%	1,5%
ONKOLOGICA CLINICA MEDICA LTDA	3,1	3,5	0,4	14,2%	1,2%
IMAGEM CENTRO DE DIAGNOSTICO MEDICO S A	3,4	2,8	-0,7	-20,0%	1,4%
COMPLEXO MEDICO PROVIDA LTDA	3,4	2,5	-0,9	-26,2%	1,4%
UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS	2,8	2,9	0,1	4,0%	1,1%
DIAGNOSTICOS DA AMERICA S A	0,6	4,6	4,0	669,1%	0,2%
CLINICA DE NEOPLASIAS LITORAL LTDA	2,0	2,7	0,7	36,5%	0,8%
SOCIEDADE LITERARIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO	1,8	2,3	0,5	25,1%	0,7%
ASSOCIACAO HOSPITALAR LENOIR VARGAS FERREIRA	2,4	1,7	-0,6	-26,9%	1,0%
LABORATORIO MEDICO SANTA LUZIA S A	3,8	0,0	-3,8	-100,0%	1,5%

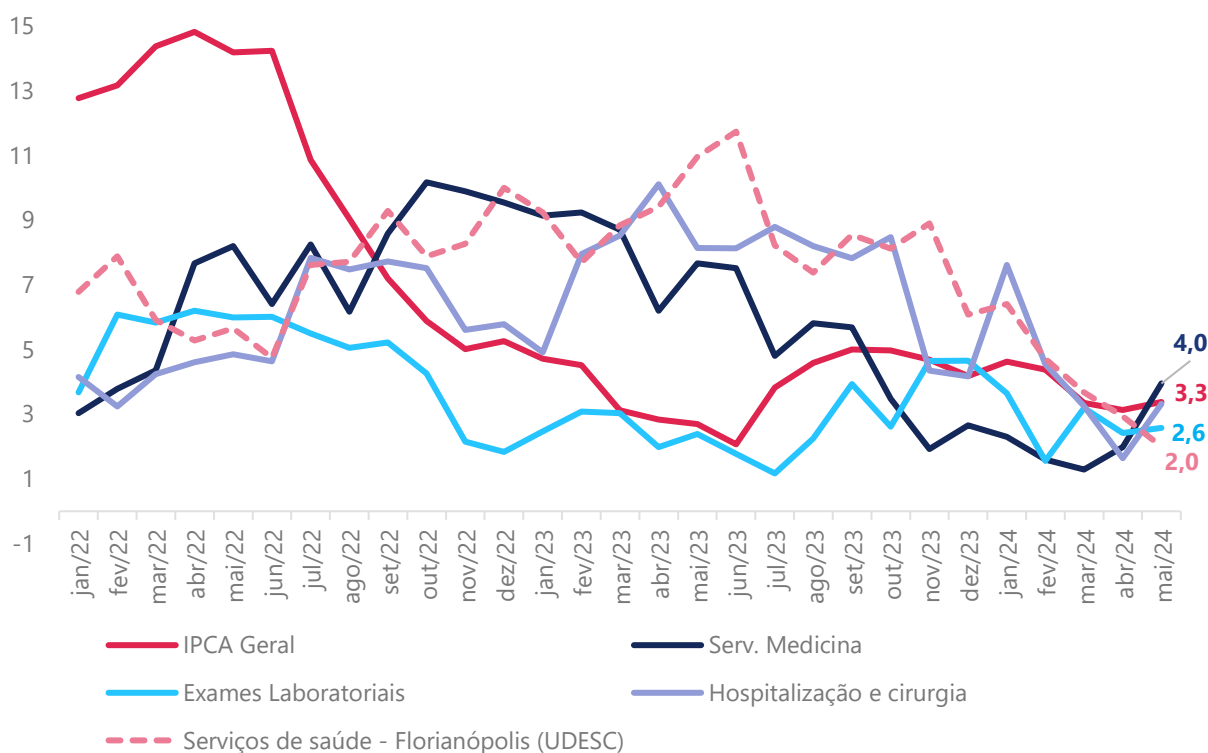
UNIMED CHAPECO	2,0	1,8	-0,3	-13,8%	0,8%
CLINICA ONCOLOGICA LUIZ ALBERTO SILVEIRA LTDA	2,3	1,4	-0,9	-38,8%	0,9%

Fonte: Portal da Transparência de SC (2024).

O menor dispêndio com despesas correntes e sua disseminação entre os prestadores indica que os serviços do Plano SC Saúde estão, de fato, sendo menos utilizados em 2024. A hipótese divulgada pelo governo para explicar esse desempenho é de que os preços praticados estariam pouco atrativos para os prestadores, reduzindo a oferta de serviços. O aumento generalizado da demanda por serviços particulares ou uma pressão de custos no setor da saúde, por exemplo, corroborariam essa hipótese.

No entanto, não é isso que se observa nos índices agregados de preços ao consumidor. A julgar pelo IPCA da Região Sul, nenhum dos tipos de serviços prestados pelo Plano apresenta inflação significativa em 2024. Ao contrário, o que se observa é uma moderação nos preços ao consumidor dos serviços de hospitalização e cirurgia e de exames laboratoriais. Mesmo no caso dos serviços médicos, que apresentaram crescimento marginal em maio de 2024, a inflação ainda segue abaixo da média para os últimos anos. Essa tendência é corroborada pelo índice de preços calculada pela UDESC para Florianópolis, que indica desinflação nos Serviços de Saúde e Cuidados Pessoais desde meados de 2023.

Figura 2 – Evolução dos preços ao consumidor por grupo de serviços – Região Sul (variação acumulada em 12 meses, em %)



Fonte: IPCA/IBGE (2024) e UDESC (2024).

Nota: IPCA considerando média para as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba.

3. Conclusões

Ao afirmar que existe necessidade de alterar as cotas de contribuição dos servidores para recuperar prestadores do SC Saúde, o governo não realiza diagnóstico adequado dos problemas do Plano. Os dados demonstram que o Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos estaduais é estruturalmente superavitário e, mais do que isso, apontam que a redução da oferta de prestadores não ocorre por conta de uma dinâmica de mercado. O que se apresenta como hipótese mais plausível para a queda no uso do plano é uma incapacidade operacional do próprio governo em sustentar uma política ativa de controle e acompanhamento dos credenciamentos e estímulo ao credenciamento de novos prestadores.

Entretanto, caso houver de fato necessidade de ampliar a capacidade financeira do Fundo, o fundamental não é ampliar a contribuição sobre os servidores, mas sim repassar ao Estado o custo dessa ampliação. O superávit orçamentário de Santa Catarina atingiu o patamar de R\$ 2,3 bilhões no primeiro bimestre de 2024, algo que demonstra a ampla capacidade financeira do governo de Santa Catarina para atuar em ambos os sentidos.

Para além disso, para avaliar de forma mais precisa o que explica a redução das despesas do Plano, seriam necessários dados mais desagregados sobre preços e volume de serviços contratados, os quais não se encontram disponíveis no Portal da Transparência.



Equipe Técnica

Mauricio Mulinari | *Economista e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*

Vicente Loeblein Heinen | *Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*